



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO V

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE MARÇO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSC</i>	<i>Mauro Moraes</i>

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

Proposta de Emenda Constitucional:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - Fica alterada a alínea “a” do inciso VII, do artigo 101, da Constituição Estadual, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 101 - ...

VII -

a) nos crimes comuns e de responsabilidade, os deputados estaduais, os juízes dos Tribunais de Alçada e os juízes de Direito e os juízes substitutos, os secretários de Estado, os membros do Ministério Público e os prefeitos municipais, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral e, nos crimes comuns, o vice-governador do Estado, ainda que o inquérito ou ação penal sejam iniciados após a cessação daquele exercício.”

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento:

Jocelito Canto, Delegado Bradock, Duílio Genari, Cida Borghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Accorsi, Fernando Ribas Carli, Luiz Fernandes da Silva Litro, Elio Rusch, Ailton Araújo, Antonio Anibelli, Marcos Isfer, Dobrandino da Silva, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Artagão Júnior, Barbosa Neto e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

As súmulas 394 e 451 do STF, estabelecia o foro privilegiado perante o Tribunal de Justiça, a competência

para julgar os ex-prefeitos, por força de interpretação extensiva do artigo 29, inciso VII, da Constituição Federal, repetido no artigo 101, VII, “a” da Constituição do Estado do Paraná.

Essa competência *ratione personae*, prerrogativa de função, pressupõe que a infração penal tenha sido praticada durante o exercício do mandato. A súmula 394, delimitava que “cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência por prerrogativa de função, ainda que o inquérito ou ação penal sejam iniciados após cessação daquele exercício”.

Com a revogação da Súmula 394 do STF, o processo de julgamento da ex-autoridade retorna à 1ª Instância quando do término do mandato. Este procedimento, por certo trará inúmeros transtornos às ex-autoridades, pois o processo será decidido no foro onde em regra seu sucessor e adversário político, saindo do calor de uma disputa política, procura de todas as formas influir direta ou indiretamente em sua condenação. As seqüelas de uma disputa eleitoral e as vendetas políticas, orientam no sentido de tornar o Tribunal de Justiça, o órgão judicial mais adequado para uma decisão imparcial.

Portanto, faz-se necessário restabelecer o foro privilegiado da ex-autoridade, desta feita, por dispositivo inserido na Constituição do Estado do Paraná, não necessitando mais da interpretação extensiva pelo STF do artigo 29, inciso VII, da CF.

Por uma questão de isonomia, deve-se estender o benefício às demais autoridades prevista no artigo 101, VII, letra “a” da Constituição Estadual.